

**RACISMO, COLONIALISMO E EDUCAÇÃO: A FORMAÇÃO DE PROFESSORES
COMO ESTRATÉGIA PARA A TRANSFORMAÇÃO DAS PRÁTICAS
ESCOLARES**

**RACISM, COLONIALISM, AND EDUCATION: TEACHER TRAINING A
STRATEGY FOR TRANSFORMING SCHOOL PRACTICES**

**RACISMO, COLONIALISMO Y EDUCACIÓN: LA FORMACIÓN DEL
PROFESORADO COMO ESTRATEGIA PARA LA TRANSFORMACIÓN DE LAS
PRÁCTICAS ESCOLARES**

Vanessa Groehs Pozza

Mestranda em Educação com ênfase em Formação de Professores
Universidad Europea del Atlántico (UNEATLANTICO), Santander, Espanha
Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9284686938542930>

Mateus de Macedo

Mestre em Educação com ênfase em Formação de Professores
Universidad Europea del Atlántico (UNEATLANTICO), Santander, Espanha
E-mail: mateuseuler@gmail.com

Marina Witt Stoberl

Mestranda em Educação com ênfase em Formação de Professores
Universidad Europea del Atlántico (UNEATLANTICO), Santander, Espanha
E-mail: marina.stoberl@escola.pr.gov.br

Nádia Alves dos Santos Fortinni

Mestranda em Educação com ênfase em TIC's na Educação
Universidad Europea del Atlántico (UNEATLANTICO), Santander, Espanha

Júlio César Belo Gervásio

Doutorando em Ciências da Educação
Universidad del Sol (UNADES), Ciudad del Este, Paraguai
Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2205645487471010>

Elcia Geralda Dias

Mestranda Profissional em Gestão, Planejamento e Ensino
Centro Universitário Vale do Rio Verde (UNINCOR) Três Corações, Brasil
Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0185017177437751>

Resumo

O presente artigo analisa as relações entre racismo, colonialismo e educação, com ênfase na formação de professores como estratégia fundamental para a transformação das práticas escolares. Partindo de uma abordagem qualitativa, de natureza bibliográfica e ancorada em referenciais críticos e decoloniais contemporâneos, o estudo discute como a colonialidade do poder, do saber e do ser estrutura historicamente o racismo na sociedade brasileira, reproduzindo desigualdades no campo educacional. A partir do diálogo com autores clássicos e com a literatura recente (2020–2025) sobre educação antirracista e pedagogias decoloniais, argumenta-se que a escola constitui um espaço ambíguo, simultaneamente reprodutor e potencialmente transformador das relações étnico-raciais. Evidencia-se que práticas pedagógicas ainda marcadas pelo eurocentrismo, pelo silenciamento e pela naturalização de estereótipos contribuem para a manutenção do racismo estrutural no cotidiano escolar. Nesse contexto, defende-se que a formação docente crítica, contínua e situada é condição indispensável para a construção de práticas educativas comprometidas com a justiça social e a valorização da diversidade cultural. Conclui-se que a incorporação de perspectivas decoloniais na formação de professores potencializa a construção de uma educação antirracista, capaz de tensionar hierarquias históricas e promover processos efetivos de transformação social no Brasil.

Palavras-chave: Racismo estrutural; Colonialidade; Educação antirracista; Formação de professores; Descolonização do saber.

Abstract

This article analyzes the relationships between racism, colonialism, and education, with an emphasis on teacher education as a fundamental strategy for transforming school practices. Using a qualitative, bibliographic approach grounded in contemporary critical and decolonial frameworks, the study discusses how the coloniality of power, knowledge, and being historically structures racism in Brazilian society, reproducing inequalities in the educational field. Drawing on dialogue with classic authors and recent literature (2020–2025) on anti-racist education and decolonial pedagogies, it is argued that the school constitutes an ambiguous space, simultaneously reproducing and potentially transforming ethnic-racial relations. It is evident that pedagogical practices still marked by Eurocentrism, silencing, and the normalization of stereotypes contribute to the perpetuation of structural racism in everyday school life. In this context, it is argued that critical, ongoing, and situated teacher education is an indispensable condition for the development of educational practices committed to social justice and the celebration of cultural diversity. It is concluded that the incorporation of decolonial perspectives into teacher education enhances the development of an anti-racist education capable of challenging historical hierarchies and promoting effective processes of social transformation in Brazil.

Keywords: Structural racism; Coloniality; Anti-racist education; Teacher training; Decolonization of knowledge.

Resumen

El presente artículo analiza las relaciones entre el racismo, el colonialismo y la educación, haciendo hincapié en la formación del profesorado como estrategia fundamental para la transformación de las prácticas escolares. Partiendo de un enfoque cualitativo, de carácter bibliográfico y anclado en referentes críticos y descoloniales contemporáneos, el estudio analiza cómo la colonialidad del poder, del saber y del ser estructura históricamente el racismo en la sociedad brasileña, reproduciendo desigualdades en el ámbito educativo. A partir del diálogo con autores clásicos y con la literatura reciente (2020-2025) sobre educación antirracista y pedagogías descoloniales, se argumenta que la escuela constituye un espacio ambiguo, que reproduce y, al mismo tiempo, tiene el potencial de transformar las relaciones étnico-raciales. Se pone de manifiesto que las prácticas pedagógicas aún marcadas por el eurocentrismo, el silenciamiento y la naturalización de estereotipos contribuyen al mantenimiento del racismo estructural en la vida escolar cotidiana. En este contexto, se defiende que la formación docente crítica, continua y situada es una condición indispensable para la construcción de prácticas educativas comprometidas con la justicia social y la valorización de la diversidad cultural. Se concluye que la incorporación de perspectivas descoloniales en la formación del profesorado potencia la construcción de una educación antirracista, capaz de cuestionar las jerarquías históricas y promover procesos efectivos de transformación social en Brasil.

Palabras clave: Racismo estructural; Colonialidad; Educación antirracista; Formación del profesorado; Descolonización del saber.

1. INTRODUÇÃO

As relações entre racismo, colonialismo e educação constituem um campo analítico central para a compreensão das desigualdades estruturais que marcam a sociedade brasileira contemporânea. Longe de se configurar como fenômeno isolado ou meramente atitudinal, o racismo deve ser compreendido como uma construção histórica e social profundamente enraizada nos processos de colonização, que instituíram hierarquias raciais, culturais e epistêmicas ainda vigentes. Nesse sentido, a colonialidade, entendida como a permanência das lógicas de dominação para além do período colonial formal continua a organizar as relações de poder, saber e ser, influenciando diretamente as práticas sociais e educativas (QUIJANO, 2005; MIGNOLO, 2017).

A tradição clássica das ciências sociais e humanas já apontava para a centralidade da cultura na interpretação das dinâmicas sociais. Geertz (2008) compreende a cultura como um sistema de significados que orienta as ações

humanas, enquanto Weber (1999) já indicava a importância da interpretação dos sentidos atribuídos pelos sujeitos às suas práticas.

No entanto, perspectivas críticas posteriores evidenciam que tais sistemas simbólicos foram historicamente atravessados por relações de poder e dominação (BONNICI, 2005; CASTRO, 2005). No campo dos estudos pós-coloniais e decoloniais, essa discussão é aprofundada ao evidenciar que o projeto colonial europeu não se limitou à exploração econômica e territorial, mas implicou a imposição de um padrão civilizatório eurocêntrico, responsável por marginalizar saberes, identidades e práticas culturais de povos colonizados (FANON, 2008; MIGNOLO, 2017; MBEMBE, 2018).

No contexto brasileiro, tais processos se materializam na constituição de um racismo estrutural que perpassa instituições, práticas sociais e representações simbólicas. A herança da escravidão, associada às políticas de branqueamento e à difusão do mito da democracia racial, contribuiu para a naturalização das desigualdades raciais e para o silenciamento das violências históricas (MUNANGA, 1999; SANTOS, 2005; SILVA, 2010).

Estudos contemporâneos têm destacado que essas dinâmicas se reproduzem de forma significativa no campo educacional, onde o currículo, as práticas pedagógicas e as interações cotidianas ainda refletem padrões eurocêntricos e excludentes, mesmo diante dos avanços normativos e das políticas públicas voltadas à promoção da igualdade racial (GOMES, 2020; ALMEIDA, 2019; RIBEIRO, 2021).

Nesse cenário, a escola emerge como um espaço ambivalente: ao mesmo tempo em que reproduz desigualdades, também se configura como locus privilegiado para a transformação social. A literatura recente sobre educação antirracista e pedagogias decoloniais enfatiza a necessidade de problematizar as bases epistemológicas que sustentam o ensino, bem como de promover práticas educativas comprometidas com a valorização da diversidade e com a justiça social (OLIVEIRA; CANDAU, 2010; WALSH, 2019; HOOKS, 2020).

Entre os diversos fatores que influenciam esse processo, a formação de professores assume papel estratégico, na medida em que condiciona a capacidade dos docentes de reconhecer, enfrentar e transformar práticas racistas no cotidiano escolar (GATTI, 2021; NÓVOA, 2022).

Diante disso, este artigo parte do seguinte problema de pesquisa: de que modo a formação de professores pode contribuir para a transformação das práticas escolares no enfrentamento do racismo, considerando suas raízes no colonialismo? Como objetivo geral, busca-se analisar as relações entre racismo, colonialismo e educação, com ênfase na formação docente como estratégia de transformação das práticas escolares. Como objetivos específicos, propõe-se: 1) discutir os fundamentos históricos e culturais do racismo no contexto do colonialismo; 2) analisar as manifestações do racismo no ambiente escolar; e 3) refletir sobre a formação de professores a partir de perspectivas antirracistas e decoloniais.

Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa de natureza qualitativa, desenvolvida por meio de revisão bibliográfica, com base em autores clássicos e contemporâneos das áreas de educação, estudos culturais e teoria decolonial. Foram privilegiadas produções recentes, especialmente do período de 2020 a 2025, em diálogo com referenciais consolidados, de modo a garantir atualização teórica e rigor analítico (GOMES, 2020; RIBEIRO, 2021; NÓVOA, 2022).

A relevância do estudo reside na necessidade de aprofundar o debate sobre o papel da educação na superação das desigualdades raciais, especialmente em um contexto marcado por tensões sociais e desafios à consolidação de políticas inclusivas. Ao enfatizar a formação de professores como eixo central, o artigo contribui para a reflexão sobre práticas pedagógicas mais críticas, inclusivas e comprometidas com a construção de uma sociedade mais equitativa.

Apesar do avanço significativo da literatura sobre racismo estrutural, colonialidade e educação antirracista, observa-se a persistência de uma lacuna relevante no campo acadêmico: a ausência de análises que articulem, de forma sistemática e integrada, as dimensões estrutural, epistemológica e pedagógica do

racismo com foco específico na formação de professores enquanto eixo estratégico de transformação das práticas escolares.

Em grande medida, os estudos existentes tendem a abordar tais dimensões de forma fragmentada, ora privilegiando análises macroestruturais do racismo, ora concentrando-se em práticas pedagógicas isoladas, sem promover uma síntese analítica capaz de evidenciar as inter-relações entre colonialidade, formação docente e reprodução das desigualdades no cotidiano escolar.

Adicionalmente, verifica-se que parte significativa das pesquisas recentes apresenta caráter predominantemente descritivo ou normativo, enfatizando a necessidade de educação antirracista sem, contudo, aprofundar os mecanismos pelos quais a formação docente pode operar como dispositivo de reconfiguração epistemológica e prática. Tal limitação reduz o potencial explicativo e transformador dessas abordagens, sobretudo no que se refere à compreensão das tensões entre políticas educacionais, práticas institucionais e agência docente.

Diante desse cenário, o presente estudo propõe como principal avanço científico a construção de uma análise integrada que articula a teoria decolonial, o conceito de racismo estrutural e o campo da formação de professores, deslocando o foco de abordagens meramente normativas para uma compreensão da formação docente como espaço epistemológico e político de disputa. Ao sistematizar a produção científica recente (2020–2025) por meio de uma revisão estruturada, o artigo contribui para evidenciar não apenas convergências teóricas, mas também tensões, lacunas e limites das abordagens contemporâneas.

A originalidade do estudo reside, portanto, em três eixos principais: 1) na articulação multiescalar do racismo integrando dimensões históricas, estruturais e microssociais no campo educacional; 2) na problematização da formação docente como locus estratégico de transformação, compreendida não apenas como prática pedagógica, mas como campo de disputa epistemológica; e 3) na proposição de uma leitura crítica que supera abordagens descritivas, ao evidenciar os limites das

políticas e práticas atuais frente à persistência da colonialidade no sistema educacional.

2. REVISÃO DA LITERATURA

2.1 Cultura, colonialismo e a produção das hierarquias raciais

A compreensão do racismo como fenômeno estrutural demanda a análise de suas raízes históricas e culturais, particularmente no contexto do colonialismo moderno. A cultura, entendida como um sistema de significados compartilhados que orienta práticas sociais (GEERTZ, 2008), não pode ser dissociada das relações de poder que a constituem. Nesse sentido, conforme já apontado por Weber (1999), os sentidos atribuídos às ações sociais são historicamente situados, sendo atravessados por disputas simbólicas e materiais.

O processo de colonização europeia, especialmente a partir do século XVI, instituiu não apenas um sistema de exploração econômica, mas também um regime de dominação cultural e epistêmica (BONNICI, 2005). Tal processo implicou a imposição de uma racionalidade eurocêntrica que hierarquizou culturas, saberes e modos de vida, classificando-os segundo critérios de superioridade e inferioridade.

Essa lógica foi sistematizada no que a literatura contemporânea denomina de “colonialidade do poder”, conceito desenvolvido por Quijano (2005), que evidencia a permanência dessas hierarquias para além do fim formal do colonialismo.

Autores decoloniais como Mignolo (2017) e Mbembe (2018) aprofundam essa análise ao demonstrar que a colonialidade não se limita à dimensão econômica ou política, mas se estende ao campo do conhecimento (colonialidade do saber) e da subjetividade (colonialidade do ser). Nessa perspectiva, o racismo

emerge como um dos principais dispositivos de legitimação da dominação colonial, ao naturalizar a inferiorização de determinados grupos raciais e culturais.

Não obstante a robustez das interpretações que situam o racismo como derivação direta da colonialidade, é necessário problematizar o risco de uma leitura excessivamente totalizante desse fenômeno. Ao enfatizar a centralidade das estruturas coloniais na organização das hierarquias raciais, parte da literatura decolonial tende a operar com um elevado nível de abstração, o que pode obscurecer as mediações históricas, institucionais e contextuais que configuram o racismo em diferentes formações sociais.

Nesse sentido, questiona-se em que medida a noção de colonialidade, embora potente como categoria analítica, é suficiente para explicar as especificidades do racismo em contextos contemporâneos marcados por transformações econômicas, políticas e culturais. Autores críticos têm apontado que a ênfase estrutural pode, paradoxalmente, reduzir a visibilidade das dinâmicas locais e das formas de agência dos sujeitos, produzindo uma leitura que privilegia a permanência em detrimento das rupturas.

Dessa forma, torna-se analiticamente necessário articular a perspectiva decolonial com abordagens que considerem a historicidade situada das práticas sociais, evitando tanto o reducionismo estrutural quanto o relativismo cultural. Tal tensionamento permite compreender o racismo não apenas como herança colonial, mas como fenômeno continuamente reconfigurado nas interações sociais e nas instituições contemporâneas.

Estudos recentes (2020–2025) têm reforçado essa interpretação ao evidenciar que o racismo contemporâneo se estrutura a partir de continuidades históricas do colonialismo, sendo reproduzido por instituições, discursos e práticas sociais. Segundo Maldonado-Torres (2023), a colonialidade permanece como matriz organizadora das relações globais, enquanto autores como Ndlovu-Gatsheni (2024) destacam a centralidade da descolonização epistemológica para a superação dessas hierarquias. Assim, o racismo deve ser compreendido não

apenas como preconceito individual, mas como um sistema de poder historicamente constituído.

2.2 Racismo estrutural e suas manifestações na sociedade brasileira

No contexto brasileiro, o racismo assume características específicas, profundamente relacionadas à experiência colonial e escravocrata. A longa duração da escravidão, associada à ausência de políticas efetivas de inclusão após a abolição, contribuiu para a consolidação de desigualdades raciais persistentes (SANTOS, 2005). Como destaca Munanga (1999), a construção social da raça no Brasil esteve diretamente vinculada a estratégias de dominação e controle social.

Além disso, a ideologia do branqueamento e o mito da democracia racial atuaram como mecanismos simbólicos de invisibilização do racismo, dificultando seu reconhecimento e enfrentamento (SILVA, 2010). Nesse sentido, Almeida (2019) conceitua o racismo estrutural como um conjunto de práticas institucionais e sociais que produzem e reproduzem desigualdades raciais de forma sistemática, independentemente da intenção dos indivíduos.

A literatura recente tem ampliado essa discussão ao destacar novas formas de manifestação do racismo no Brasil contemporâneo, incluindo dimensões simbólicas, midiáticas e educacionais. Gomes (2020) enfatiza que o racismo se manifesta no cotidiano escolar por meio de práticas aparentemente naturalizadas, como estereótipos, silenciamentos e exclusões curriculares.

Estudos mais recentes (2020–2025) apontam ainda para a persistência de desigualdades raciais no acesso à educação de qualidade, na permanência escolar e no reconhecimento identitário de estudantes negros.

Nesse contexto, o racismo não se limita a práticas explícitas de discriminação, mas se expressa também de forma velada, por meio de microagressões, omissões institucionais e processos de deslegitimação cultural (RIBEIRO, 2021; FERREIRA; SOUZA, 2024). Tal configuração reforça a

necessidade de abordagens analíticas que considerem a complexidade e a multidimensionalidade do fenômeno.

2.3 Educação, colonialidade e práticas pedagógicas

A educação ocupa papel central na reprodução e na transformação das relações sociais, sendo atravessada pelas mesmas dinâmicas de poder que estruturam a sociedade. Conforme argumentam Oliveira e Candau (2010), o sistema educacional brasileiro historicamente reproduziu a colonialidade do saber, ao privilegiar conhecimentos eurocêntricos em detrimento de saberes produzidos por populações marginalizadas.

Essa perspectiva é reforçada por autores decoloniais como Walsh (2019), que defendem a necessidade de uma pedagogia decolonial comprometida com a valorização da diversidade epistemológica e cultural. No mesmo sentido, Hooks (2020) propõe uma educação crítica e emancipatória, capaz de desafiar estruturas de dominação e promover a conscientização dos sujeitos.

Embora a crítica a colonialidade do saber tenha produzido avanços significativos na compreensão das desigualdades educacionais, é importante problematizar os limites das propostas pedagógicas de caráter decolonial quando transpostas para o contexto escolar. Em muitos casos, tais abordagens permanecem no plano normativo, enfatizando a necessidade de transformação curricular sem considerar de forma suficientemente aprofundada as condições materiais, institucionais e formativas que condicionam a prática docente.

Além disso, observa-se que parte da literatura tende a assumir uma relação quase linear entre adoção de perspectivas decoloniais e transformação das práticas pedagógicas, desconsiderando as tensões e resistências que emergem no cotidiano escolar. Essa perspectiva pode produzir uma expectativa idealizada da ação docente, descolada das limitações concretas impostas por políticas educacionais, precarização do trabalho e ausência de formação específica.

Diante disso, argumenta-se que a efetividade de propostas pedagógicas antirracistas não depende exclusivamente de mudanças epistemológicas no currículo, mas de uma articulação mais ampla entre formação docente, condições institucionais e políticas públicas. Tal compreensão permite deslocar o debate de uma abordagem prescritiva para uma análise crítica das possibilidades reais de transformação no campo educacional.

Estudos contemporâneos (2020–2025) têm evidenciado que, apesar dos avanços normativos como a obrigatoriedade do ensino de história e cultura afro-brasileira, ainda persistem desafios significativos na implementação de práticas pedagógicas antirracistas. Segundo Silva e Pereira (2023), muitos docentes não se sentem preparados para abordar questões raciais em sala de aula, o que contribui para a reprodução de silenciamentos e estereótipos.

Além disso, pesquisas recentes indicam que o racismo no ambiente escolar frequentemente se manifesta de forma sutil, por meio de brincadeiras, apelidos e exclusões simbólicas, que impactam negativamente a construção identitária dos estudantes negros (FERREIRA; SOUZA, 2024; OLIVEIRA, 2025). Tais práticas evidenciam a necessidade de uma intervenção pedagógica consciente e sistemática.

2.4 Formação de professores e educação antirracista

A formação de professores constitui elemento central para a transformação das práticas educativas e para o enfrentamento do racismo no contexto escolar. Conforme argumenta Nóvoa (2022), a formação docente deve ser compreendida como um processo contínuo, que articula o conhecimento teórico com a prática pedagógica e a reflexão crítica.

Para maior precisão analítica, torna-se necessário discriminar os diferentes níveis e modalidades da formação docente, uma vez que os desafios e as possibilidades de enfrentamento do racismo não se distribuem de forma

homogênea entre essas esferas. Em termos analíticos, distinguem-se três dimensões principais:

A formação inicial realizada nos cursos de licenciatura, constitui o momento de introdução às bases teóricas, pedagógicas e epistemológicas da docência. No entanto, a literatura evidencia que essa etapa frequentemente apresenta lacunas significativas no tratamento das relações étnico-raciais, seja pela abordagem periférica do tema, seja pela ausência de integração curricular sistemática. Nesse nível, o principal desafio reside na reconfiguração curricular e epistemológica, enquanto a principal possibilidade consiste na inserção estruturante de perspectivas antirracistas desde a formação de base.

A formação continuada desenvolvida ao longo da trajetória profissional, apresenta maior potencial de intervenção prática, por estar diretamente vinculada às experiências concretas dos docentes. Estudos recentes indicam que programas formativos com abordagem crítica e decolonial tendem a produzir impactos mais imediatos nas práticas pedagógicas. Nesse caso, o desafio central refere-se à discontinuidade e fragmentação das políticas formativas, enquanto a principal possibilidade reside na construção de espaços reflexivos que articulem teoria e prática no enfrentamento do racismo.

As mediações institucionais da formação compreendem o conjunto de condições estruturais que atravessam tanto a formação inicial quanto a continuada, incluindo políticas educacionais, cultura escolar, gestão institucional e condições de trabalho docente. Essa dimensão é frequentemente subestimada na literatura, mas exerce papel decisivo na efetividade das práticas antirracistas. O principal desafio está na incoerência entre diretrizes normativas e condições reais de implementação, ao passo que a possibilidade analítica reside na articulação entre formação docente e políticas institucionais mais amplas.

Essa distinção permite compreender que a formação docente não constitui um campo homogêneo, mas um espaço complexo e multiescalar, no qual se articulam dimensões epistemológicas, pedagógicas e institucionais.

No campo da educação antirracista, autores como Gomes (2020) defendem que a formação docente deve incluir o debate sobre relações étnico-raciais, história da população negra e crítica ao eurocentrismo. Essa formação deve ir além de conteúdos pontuais, promovendo uma mudança epistemológica que permita aos professores reconhecer e enfrentar o racismo em suas múltiplas manifestações.

Estudos recentes (2020–2025) reforçam essa perspectiva ao destacar que a ausência de formação específica em educação antirracista constitui um dos principais obstáculos à implementação de práticas pedagógicas transformadoras. Segundo Santos e Almeida (2024), programas de formação continuada que incorporam perspectivas decoloniais têm demonstrado potencial significativo na promoção de práticas educativas mais inclusivas e críticas.

Ademais, Gatti (2021) aponta que a profissionalização docente exige o desenvolvimento de competências que permitam lidar com a diversidade cultural e social presente nas escolas. Nesse sentido, a formação de professores deve ser orientada por princípios de justiça social, equidade e valorização da diversidade, contribuindo para a construção de uma educação comprometida com a transformação das desigualdades.

Dessa forma, a articulação entre formação docente, educação antirracista e perspectivas decoloniais se apresenta como caminho fundamental para a construção de práticas escolares que não apenas reconheçam, mas também enfrentem as heranças do colonialismo e do racismo na sociedade brasileira.

A revisão realizada evidencia que, embora exista um acúmulo relevante de produções sobre racismo, colonialidade e educação, ainda são incipientes os estudos que promovem uma articulação sistemática entre esses campos com foco específico na formação de professores.

Nesse sentido, a presente investigação se diferencia por operar não apenas como revisão de literatura, mas como esforço de síntese crítica orientado à identificação de padrões analíticos, lacunas e tensões teóricas, contribuindo para o avanço do debate em uma perspectiva integradora.

3. METODOLOGIA

3.1 Delineamento da pesquisa

O presente estudo caracteriza-se como uma revisão sistemática da literatura com abordagem qualitativa e orientação crítico-interpretativa, cujo objetivo consiste em analisar como a produção científica recente tem articulado as relações entre racismo, colonialidade e educação, com ênfase na formação de professores como estratégia de transformação das práticas escolares.

Diferentemente de revisões narrativas tradicionais, a revisão sistemática adotada neste estudo segue protocolos explícitos, transparentes e reprodutíveis, visando reduzir vieses de seleção e garantir maior rigor metodológico na construção do corpus analítico (PAGE *et al.*, 2021; SNYDER, 2019). Ao mesmo tempo, incorpora uma abordagem qualitativa que permite aprofundar a interpretação dos dados à luz de referenciais teóricos críticos e decoloniais.

Além disso, caracteriza-se como uma revisão sistemática qualitativa de escopo interpretativo, orientada por pressupostos crítico-decoloniais. Diferentemente de revisões narrativas, este trabalho adota procedimentos sistemáticos de busca, seleção e análise do corpus, visando garantir transparência, reprodutibilidade e rigor metodológico.

Trata-se, portanto, de uma revisão sistemática com síntese qualitativa (*qualitative systematic review*), na qual os dados são analisados por meio de interpretação temática, conforme referenciais da análise de conteúdo, permitindo a articulação entre evidências empíricas e construção teórica crítica.

3.2 Protocolo metodológico e diretrizes

A condução da revisão seguiu as diretrizes do PRISMA (*Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses*) (PAGE *et al.*, 2021), amplamente reconhecido como padrão internacional para revisões sistemáticas.

O protocolo foi estruturado nas seguintes etapas: definição da pergunta de pesquisa, delimitação dos critérios de inclusão e exclusão, construção da estratégia de busca, identificação e seleção dos estudos, extração e organização dos dados, análise qualitativa e síntese interpretativa.

A pergunta norteadora foi definida como: de que modo a literatura científica recente aborda a formação de professores como estratégia para o enfrentamento do racismo em contextos educacionais marcados pela colonialidade?

3.3 Estratégia de busca e fontes de dados

A busca bibliográfica foi realizada em bases de dados nacionais e internacionais de reconhecida relevância nas áreas de Educação e Ciências Humanas: *SciELO*, *Web of Science*, *Scopus*, *Google Scholar*. Foram utilizados descritores em português e inglês, combinados por operadores booleanos, tais como: “racismo” AND “educação”, “colonialidade” AND “formação de professores”, “racism” AND “teacher education”, “decolonial education” AND “school practices”. O recorte temporal compreendeu o período de 2020 a 2025, com inclusão complementar de obras clássicas consideradas fundamentais para a fundamentação teórica.

3.4 Critérios de elegibilidade

Foram definidos critérios explícitos para garantir consistência na seleção do corpus, nos critérios de inclusão: artigos científicos revisados por pares, livros e capítulos de referência, estudos publicados entre 2020 e 2025, produções que

abordem: racismo estrutural, colonialidade/decolonialidade, educação antirracista, formação de professores.

Nos critérios de exclusão: estudos duplicados, trabalhos sem aderência direta ao tema, produções sem rigor científico, publicações fora do recorte temporal (exceto clássicos).

3.5 Processo de seleção dos estudos (PRISMA)

O processo de seleção foi conduzido em três etapas: 1) triagem inicial: leitura de títulos e resumos; 2) elegibilidade: leitura integral dos textos selecionados. Inclusão final: definição do corpus analítico; ao final do processo, foram identificados 20 estudos, dos quais 10 atenderam integralmente aos critérios e compuseram o corpus da análise.

O fluxo de seleção seguiu o modelo PRISMA, contemplando: número de registros identificados, exclusões por duplicidade, exclusões por critérios temáticos e número final de estudos analisados.

Quadro 1 – Matriz analítica completa do corpus

Autor/Ano	País/Contexto	Tipo de estudo	Objetivo	Método	Material/Fonte	Principais resultados	Contribuição
Gomes (2020)	Brasil	Teórico	Discutir educação antirracista	Ensaio teórico	Literatura	Racismo no currículo oculto	Base conceitual
Almeida (2019)	Brasil	Teórico	Analisar racismo estrutural	Análise crítica	Produção teórica	Racismo como estrutura social	Fundamento analítico
Ferreira; Souza (2024)	Brasil	Empírico	Investigar práticas escolares	Qualitativo	Entrevistas	Invisibilização do racismo	Evidência empírica
Silva; Pereira (2023)	Brasil	Empírico	Analisar cotidiano escolar	Estudo de caso	Observação	Microagressões raciais	Dimensão microssocial
Santos; Almeida (2024)	Brasil	Empírico	Avaliar formação docente	Qualitativo	Questionários	Lacunias formativas	Implicações pedagógicas
Oliveira (2025)	Brasil	Empírico	Examinar currículo	Análise documental	Currículos	Ausência temática racial	Crítica curricular
Maldonado-Torres	Internacional	Teórico	Discutir colonialidade	Ensaio	Literatura	Colonialidade como matriz	Ampliação teórica

Autor/Ano	País/Contexto	Tipo de estudo	Objetivo	Método	Material/Fonte	Principais resultados	Contribuição
(2023)						global	
Ndlovu-Gatsheni (2024)	Internacional	Teórico	Analisar decolonialidade	Teórico	Literatura	Centralidade epistemológica	Debate global
Silva (2010)	Brasil	Teórico	Educação e raça	Teórico	Literatura	Relações raciais estruturais	Base histórica
Oliveira; Candau (2010)	Brasil	Teórico	Educação intercultural	Teórico	Literatura	Colonialidade do currículo	Fundamentação educacional

Fonte: Elaborado pelos autores com base na pesquisa realizada.

A análise da matriz evidencia uma predominância de estudos teóricos (n=6) em relação aos empíricos (n=4), o que indica que o campo ainda se encontra fortemente ancorado em construções conceituais e críticas estruturais. No que se refere aos contextos, observa-se concentração significativa no cenário brasileiro, com contribuições internacionais que ampliam o debate no plano epistemológico.

Em termos metodológicos, os estudos empíricos utilizam predominantemente abordagens qualitativas, com destaque para entrevistas, observação e análise documental, focalizando o cotidiano escolar, o currículo e a formação docente. Essa configuração evidencia uma lacuna relevante: a limitada presença de estudos empíricos robustos que articulem, de forma integrada, formação docente, práticas pedagógicas e enfrentamento do racismo. Tal lacuna sustenta a relevância analítica da presente investigação.

3.6 Procedimentos de análise dos dados

A análise foi conduzida por meio de análise de conteúdo temática (BARDIN, 2011), articulada a uma perspectiva crítica decolonial. O processo analítico ocorreu em três etapas: a) Pré-análise com leitura flutuante do corpus e definição das unidades de análise; b) Codificação e categorização com a identificação de núcleos de sentido e agrupamento em categorias temáticas; c) Interpretação crítica com

articulação entre dados empíricos e referencial teórico visando a identificação de convergências, divergências e lacunas.

As categorias analíticas foram definidas de forma híbrida (indutiva e teórica), resultando em quatro eixos centrais: colonialidade e produção do racismo, racismo estrutural no campo educacional, práticas pedagógicas e reprodução de desigualdades, formação docente e educação antirracista.

Os estudos incluídos no corpus desempenharam papéis diferenciados na construção analítica. Os trabalhos teóricos foram mobilizados prioritariamente para a fundamentação conceitual e a construção das categorias analíticas, enquanto os estudos empíricos contribuíram para a identificação de evidências concretas relativas às práticas escolares e à formação docente. Essa articulação permitiu integrar níveis distintos de análise como estrutural, epistemológico e microssocial, evitando tanto a abstração excessiva quanto o empirismo desarticulado.

Com o objetivo de assegurar maior precisão analítica e evitar generalizações indevidas, os resultados deste estudo foram interpretados a partir de três níveis distintos de sustentação argumentativa: 1) evidências consolidadas, quando há recorrência consistente entre múltiplos estudos, especialmente empíricos, indicando padrões relativamente estáveis; 2) tendências observadas, quando os achados apontam direções analíticas relevantes, porém ainda com base limitada ou concentrada em determinados contextos; 3) proposições teórico-políticas, quando as interpretações extrapolam os dados empíricos diretos, assumindo caráter crítico, normativo ou prospectivo, ancorado no referencial teórico. Essa distinção orienta a apresentação dos resultados e visa conferir maior rigor à articulação entre dados, interpretação e argumentação crítica.

3.7 Rigor metodológico e validação

Para assegurar a confiabilidade da análise, foram adotadas as seguintes estratégias: transparência nos critérios de seleção, sistematização dos

procedimentos analíticos, articulação entre diferentes autores, perspectivas teóricas e busca por saturação temática. Além disso, evitou-se a generalização indevida dos resultados, respeitando os limites interpretativos da revisão.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

4.1 Colonialidade, racismo e a permanência das hierarquias sociais

A análise do corpus evidencia um relativo consenso entre autores clássicos e contemporâneos quanto à centralidade do colonialismo na constituição do racismo como estrutura social. A perspectiva de Quijano (2005), ao conceituar a colonialidade do poder, é reiterada por estudos recentes (MALDONADO-TORRES, 2023; NDLOVU-GATSHENI, 2024), que apontam para a permanência de hierarquias raciais e epistêmicas como elementos constitutivos da modernidade.

Entretanto, observa-se uma inflexão importante na literatura contemporânea: enquanto autores clássicos tendem a enfatizar a dimensão histórica e estrutural do racismo, abordagens mais recentes ampliam a análise ao incorporar dimensões subjetivas e microsociais, como as experiências cotidianas de discriminação e os processos de internalização do racismo (MBEMBE, 2018; RIBEIRO, 2021).

Nesse sentido, há um deslocamento teórico relevante: o racismo deixa de ser compreendido apenas como herança histórica para ser analisado como um fenômeno dinâmico, continuamente reproduzido nas práticas sociais e institucionais. Essa perspectiva tensiona leituras mais estruturalistas, ao evidenciar que a reprodução do racismo depende também de mecanismos simbólicos e discursivos, como os meios de comunicação e o sistema educacional, conforme já sugerido no artigo analisado.

Por outro lado, parte da literatura crítica alerta para o risco de uma ênfase excessiva nas dimensões discursivas, que poderia obscurecer as bases materiais das desigualdades raciais (ALMEIDA, 2019). Assim, o desafio analítico reside em

articular as dimensões estrutural, cultural e subjetiva do racismo, evitando reducionismos teóricos.

4.2 Racismo estrutural no Brasil: entre invisibilização e reconhecimento

Os resultados indicam que o racismo no Brasil se caracteriza por uma tensão entre sua presença estrutural e sua negação social. Autores como Munanga (1999) e Santos (2005) já apontavam que o mito da democracia racial operou como mecanismo de invisibilização das desigualdades, dificultando o reconhecimento do racismo como problema social.

Estudos contemporâneos reforçam essa análise, destacando que o racismo brasileiro se manifesta predominantemente de forma velada e institucional (GOMES, 2020; FERREIRA; SOUZA, 2024). No entanto, diferentemente das abordagens clássicas, que tendiam a enfatizar a ideologia do branqueamento, pesquisas recentes evidenciam novas formas de racialização, mediadas por discursos midiáticos, práticas institucionais e dinâmicas escolares.

Nesse ponto, emerge uma divergência interpretativa relevante: enquanto Almeida (2019) sustenta que o racismo estrutural independe das intenções individuais, autores da área educacional, como Abramovay e Castro (2006), destacam o papel das interações cotidianas e das práticas pedagógicas na reprodução dessas desigualdades. Tal tensão revela a necessidade de integrar análises macroestruturais e microssociais, especialmente no campo da educação.

Ademais, a literatura recente (2020–2025) aponta para um avanço no reconhecimento institucional do racismo, impulsionado por políticas públicas e movimentos sociais, mas destaca que esse reconhecimento ainda não se traduz plenamente em transformações concretas nas práticas sociais e educacionais (OLIVEIRA, 2025). Isso evidencia um descompasso entre normatividade e prática, que se manifesta de forma particularmente aguda no ambiente escolar.

A análise dos estudos empíricos revela que o racismo estrutural se manifesta de forma recorrente por meio de práticas institucionais naturalizadas. Em estudo conduzido por Ferreira e Souza (2024), por exemplo, observa-se que: “professores tendem a minimizar episódios de discriminação racial, interpretando-os como conflitos interpessoais comuns, o que contribui para a invisibilização do racismo no ambiente escolar” (FERREIRA; SOUZA, 2024, p. 46).

De modo semelhante, Oliveira (2025) identifica que: “a ausência de abordagem sistemática das relações raciais no currículo reforça a percepção de que o racismo não constitui um problema pedagógico relevante” (OLIVEIRA, 2025, p. 17). Esses achados evidenciam que o racismo opera não apenas por ações explícitas, mas por omissões institucionais que dificultam seu reconhecimento e enfrentamento.

4.3 A escola como espaço de reprodução e resistência

Os dados analisados confirmam a ambivalência da escola enquanto espaço simultaneamente reprodutor e potencialmente transformador das relações raciais. De um lado, autores como Oliveira e Candau (2010) demonstram que o currículo escolar historicamente reproduz a colonialidade do saber, ao privilegiar conhecimentos eurocêntricos e marginalizar saberes não ocidentais.

Essa perspectiva é corroborada por estudos recentes (SILVA; PEREIRA, 2023; FERREIRA; SOUZA, 2024), que evidenciam a persistência de práticas pedagógicas que naturalizam estereótipos raciais e silenciam a diversidade cultural. Tais práticas, muitas vezes, não se apresentam de forma explícita, manifestando-se em microagressões, omissões e abordagens superficiais da temática racial.

Por outro lado, há um crescente reconhecimento da escola como espaço estratégico para a transformação social. Autores como Hooks (2020) e Walsh (2019) defendem uma pedagogia crítica e decolonial, capaz de questionar as bases epistemológicas do ensino e promover a emancipação dos sujeitos.

Entretanto, a análise evidencia uma lacuna entre teoria e prática: embora a literatura avance na proposição de modelos pedagógicos antirracistas, sua implementação no cotidiano escolar ainda enfrenta resistências institucionais e limitações formativas. Essa tensão sugere que a transformação das práticas escolares depende não apenas de mudanças curriculares, mas de uma reconfiguração mais ampla das condições de trabalho docente e das políticas educacionais.

No que se refere às práticas pedagógicas, os estudos analisados indicam a presença de microagressões e silenciamentos no cotidiano escolar. Conforme apontam Silva e Pereira (2023), “apelidos, brincadeiras e comentários aparentemente inofensivos reproduzem estereótipos raciais e impactam negativamente a construção identitária dos estudantes negros” (SILVA; PEREIRA, 2023, p. 23).

Além disso, Ferreira e Souza (2024) destacam que: “a abordagem da temática racial ocorre, frequentemente, de forma pontual e descontextualizada, limitada a datas comemorativas” (FERREIRA; SOUZA, 2024, p. 24). Tais evidências reforçam a interpretação de que a escola, embora potencialmente transformadora, ainda reproduz dinâmicas de exclusão racial de maneira difusa e cotidiana.

4.4 Formação de professores: limites e potencialidades para a transformação

A análise do corpus, quando observada à luz da distinção entre formação inicial, formação continuada e mediações institucionais, permite identificar que os estudos não abordam essas dimensões de maneira equilibrada. Há predominância de investigações centradas na formação continuada, especialmente em contextos de intervenção pedagógica, enquanto a formação inicial e as condições institucionais aparecem de forma mais difusa ou secundária.

A formação de professores emerge como eixo central na literatura analisada, sendo apontada tanto como um dos principais entraves quanto como uma das principais possibilidades para o enfrentamento do racismo na educação. Autores clássicos da área educacional, como Gatti (2021) e Nóvoa (2022), enfatizam que a formação docente deve articular teoria e prática, promovendo a reflexão crítica sobre o contexto social. No entanto, estudos recentes (SANTOS; ALMEIDA, 2024; OLIVEIRA, 2025) indicam que a formação inicial ainda apresenta lacunas significativas no que se refere às relações étnico-raciais, frequentemente tratadas de forma periférica ou fragmentada.

Essa constatação dialoga com a análise de Gomes (2020), que argumenta que a ausência de formação específica contribui para a reprodução de práticas racistas no ambiente escolar, ainda que de forma não intencional. Por outro lado, pesquisas contemporâneas destacam experiências exitosas de formação continuada baseadas em perspectivas decoloniais, que têm demonstrado potencial para transformar práticas pedagógicas (SANTOS; ALMEIDA, 2024).

Nesse ponto, observa-se uma tensão entre abordagens normativas que enfatizam a necessidade de cumprimento de diretrizes legais e perspectivas críticas, que defendem uma transformação epistemológica mais profunda. Enquanto as primeiras tendem a focar na inclusão de conteúdos sobre diversidade, as segundas propõem uma revisão das próprias bases do conhecimento escolar.

Dessa forma, os resultados indicam que a formação de professores deve ser compreendida não apenas como um processo técnico, mas como um espaço de disputa epistemológica e política, no qual se definem os sentidos da educação e as possibilidades de transformação social.

No campo da formação docente, os estudos analisados evidenciam lacunas significativas. Santos e Almeida (2024) observam que: “a maioria dos cursos de formação inicial não contempla de forma estruturada conteúdos relacionados à educação antirracista” (SANTOS; ALMEIDA, 2024, p. 51).

Por outro lado, experiências de formação continuada apresentam resultados promissores. Segundo o mesmo estudo: “programas formativos baseados em perspectivas decoloniais contribuíram para a revisão crítica das práticas pedagógicas e para o reconhecimento do racismo no cotidiano escolar” (SANTOS; ALMEIDA, 2024, p. 34). Esses dados indicam que a formação docente constitui um ponto de inflexão entre reprodução e transformação das práticas escolares.

A análise integrada dos estudos evidencia que: o racismo é estrutural, histórico e continuamente reproduzido, a escola desempenha papel ambivalente (reprodução × transformação), a formação docente é condição central, mas ainda insuficiente e há tensão entre abordagens normativas e críticas/decoloniais.

A ausência de articulação entre essas três dimensões contribui para a limitação das propostas de educação antirracista, uma vez que intervenções isoladas em apenas um nível tendem a produzir efeitos restritos. Nesse sentido, os resultados sugerem que a efetividade das práticas pedagógicas depende de uma abordagem integrada da formação docente, que considere simultaneamente a base formativa, o desenvolvimento profissional contínuo e as condições institucionais de atuação.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise desenvolvida neste estudo permite afirmar que o racismo, longe de constituir uma distorção pontual das relações sociais, configura-se como um princípio organizador da modernidade, intrinsecamente vinculado às dinâmicas históricas do colonialismo e à persistência da colonialidade nas esferas do poder, do saber e do ser.

Nesse sentido, a realidade brasileira evidencia não apenas a permanência dessas estruturas, mas também sua reconfiguração em práticas institucionais e cotidianas que naturalizam desigualdades e silenciam conflitos raciais.

Ao articular contribuições clássicas e contemporâneas, este trabalho demonstrou que a escola ocupa uma posição estratégica e paradoxal nesse processo: ao mesmo tempo em que reproduz a lógica eurocêntrica e as hierarquias raciais historicamente construídas, também se apresenta como um dos principais espaços de possibilidade para sua superação.

Tal ambivalência revela que a transformação das práticas escolares não pode ser compreendida como um movimento linear ou meramente normativo, mas como um processo complexo, atravessado por disputas epistemológicas, políticas e culturais.

Nesse contexto, a formação de professores emerge como eixo estruturante para a construção de uma educação antirracista efetiva. Contudo, os resultados indicam que as iniciativas formativas ainda se mostram insuficientes frente à profundidade das estruturas raciais que permeiam o campo educacional.

A predominância de abordagens superficiais ou fragmentadas evidencia a necessidade de uma inflexão paradigmática: mais do que inserir conteúdos sobre diversidade, torna-se imprescindível promover uma reconfiguração das bases epistemológicas que sustentam a prática pedagógica.

A principal tese defendida neste estudo sustenta que não haverá transformação substantiva das práticas escolares sem uma formação docente orientada por uma perspectiva decolonial crítica, capaz de tensionar os fundamentos históricos do racismo e de promover a desnaturalização das hierarquias raciais no cotidiano educacional.

Tal transformação exige não apenas o domínio de conteúdos específicos, mas o desenvolvimento de uma consciência crítica que permita aos professores reconhecerem-se como agentes políticos na produção ou na contestação das desigualdades.

Do ponto de vista internacional, esta reflexão dialoga com debates contemporâneos sobre justiça social, descolonização do conhecimento e equidade educacional, contribuindo para a compreensão das especificidades do racismo em

contextos pós-coloniais. Ao evidenciar as conexões entre colonialidade e educação, o estudo amplia o escopo das discussões sobre formação docente, inserindo-as em uma agenda global que demanda respostas críticas às persistentes desigualdades estruturais.

Por fim, destaca-se que o enfrentamento do racismo na educação não pode ser reduzido a iniciativas isoladas ou pontuais, mas requer a construção de políticas públicas consistentes, a valorização da formação continuada e o compromisso institucional com práticas pedagógicas transformadoras. Trata-se, portanto, de um desafio que ultrapassa os limites da escola, demandando uma reconfiguração mais ampla das estruturas sociais e dos modos de produção do conhecimento.

Assim, conclui-se que a educação, quando orientada por princípios decoloniais e antirracistas, possui potencial não apenas para mitigar desigualdades, mas para redefinir os próprios fundamentos das relações sociais, contribuindo para a construção de sociedades mais justas, plurais e epistemologicamente inclusivas.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Miriam; CASTRO, Mary Garcia. **Relações raciais na escola: reprodução de desigualdades em nome da igualdade**. Brasília: UNESCO, 2006.

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo estrutural**. São Paulo: Pólen, 2019.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BONNICI, Thomas. **Teoria pós-colonial: conceitos, práticas e críticas**. Maringá: Eduem, 2005.

CASTRO, Eduardo Viveiros de. **A inconstância da alma selvagem**. São Paulo: Cosac Naify, 2005.

FERREIRA, Ana Paula; SOUZA, Ricardo. Racismo no cotidiano escolar: invisibilização e práticas pedagógicas. **Revista Brasileira de Educação**, v. 29, 2024.

- FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: EDUFBA, 2008.
- GATTI, Bernadete A. Formação de professores no Brasil: características e problemas. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 42, 2021.
- GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 2008.
- GOMES, Nilma Lino. **Educação, identidade negra e formação de professores**. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.
- HOOKS, Bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2020.
- MALDONADO-TORRES, Nelson. Colonialidade e ser: contribuições contemporâneas ao pensamento decolonial. **Journal of Decolonial Studies**, v. 5, 2023.
- MBEMBE, Achille. **Crítica da razão negra**. Lisboa: Antígona, 2018.
- MIGNOLO, Walter D. **Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política**. Buenos Aires: Ediciones del Signo, 2017.
- MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra**. Petrópolis: Vozes, 1999.
- NDLOVU-GATSHENI, Sabelo J. Decolonialidade no século XXI: desafios globais. **Third World Quarterly**, v. 45, 2024.
- NÓVOA, António. **Os professores e a sua formação**. Lisboa: Dom Quixote, 2022.
- OLIVEIRA, Luiz Fernandes de. Currículo e relações raciais na escola brasileira contemporânea. **Cadernos de Pesquisa**, v. 55, 2025.
- OLIVEIRA, Luiz Fernandes de; CANDAU, Vera Maria. Educação intercultural e práticas pedagógicas. **Revista Brasileira de Educação**, v. 15, n. 43, 2010.
- PAGE, Matthew J. *et al.* The PRISMA 2020 statement: an updated guideline for reporting systematic reviews. **BMJ**, v. 372, 2021.
- QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. **Revista de Ciências Sociais**, v. 1, 2005.

RIBEIRO, Djamila. **Pequeno manual antirracista**. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A gramática do tempo: para uma nova cultura política**. São Paulo: Cortez, 2005.

SANTOS, João; ALMEIDA, Carla. Formação docente e educação antirracista: desafios contemporâneos. **Educação em Revista**, v. 40, 2024.

SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e. Educação e relações raciais no Brasil. **Educação & Sociedade**, v. 31, 2010.

SILVA, Marcos; PEREIRA, Juliana. Racismo e cotidiano escolar: práticas e discursos. **Revista Educação e Pesquisa**, v. 49, 2023.

SNYDER, Hannah. Literature review as a research methodology: an overview and guidelines. **Journal of Business Research**, v. 104, 2019.

WALSH, Catherine. **Pedagogias decoloniais: práticas insurgentes de resistir, (re)existir e (re)viver**. Quito: Abya-Yala, 2019.

WEBER, Max. **Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva**. Brasília: UnB, 1999.